

“A Deus sapinho”: quando a homonímia produz desordens e rasuras em um processo de escritura colaborativa

Cristina Felipeto
Universidade Federal de Alagoas

Resumo: *Este artigo tem por objetivo mostrar que a homonímia, fenômeno produtor de equívocos na língua, bascula o sistema e produz desordens que, se reconhecidas pelo escrevente-aprendiz, exigem um retorno sobre o que foi dito ou escrito, levando à produção de rasuras. Assim, os conceitos de acontecimento e desordem, propostos por Pétróff (2004) a partir da leitura dos manuscritos de Saussure, mostram-se teoricamente adequados para a análise de rasuras produzidas pela interferência da homonímia. Analisa-se um excerto de diálogo extraído de um processo de escritura colaborativa e inventiva ocorrida em sala de aula, da qual participam duas alunas do 2º ano de uma escola pública. Esta técnica de redação colaborativa favorece a verbalização de comentários, apreciações, justificativas e, sobretudo, reformulações orais referentes ao texto que está sendo escrito. Além disso, a filmagem e sua posterior transcrição permitem o acesso tanto ao registro escrito quanto ao oral e favorecem uma análise linguística mais precisa, em que o oral e o escrito encontram-se imbricados.*

Palavras-chave: *Rasura. Homonímia. Desordem.*

Introdução

Os conceitos de acontecimento e desordem definidos por Pétróff (2004), a partir da leitura dos manuscritos de Saussure, mostram-se teoricamente adequados para analisarmos algumas produções de rasura em textos de alunos do 2º ano do fundamental, tornando possível articulá-los com as noções de homonímia e equívoco, tais como definidas por Milner (1978, 1983) e Lacan (1988, 1996). Nossa hipótese é de que a homonímia, fenômeno produtor de equívocos na língua, ao bascular o sistema, desencadear uma desordem e ser reconhecida pelo escrevente-aprendiz, exige um retorno do escrevente sobre o

que foi dito ou escrito. Este retorno ocorre por meio de reformulações ou rasuras.¹

Para tanto, analisamos um excerto de diálogo extraído de um processo de escritura² colaborativa e inventiva ocorrida em sala de aula e produzida por duas alunas do 2º ano de uma escola pública de Maceió, Estado de Alagoas, Brasil. A metodologia utilizada consistiu em organizar os alunos em díades a partir do critério de afinidade entre os pares para que, na sequência, o professor explicasse a proposta de trabalho. Assim, oferecido o título (“A princesa e o sapo”) as alunas primeiramente combinaram a história para depois escrevê-la, de modo que uma ficou responsável por escrever e a outra por ditar e/ou lembrar o que havia sido combinado.

Esta técnica de redação colaborativa tem sido desenvolvida por Calil desde 1989, e uma das preocupações é procurar manter as características reais das condições de produção escrita em situações de ensino e aprendizagem. A preservação destas condições aproxima-se de estudos de caráter etnolinguístico e permite apreender a complexidade e a riqueza dos fatores didáticos, pragmáticos, linguísticos e psicológicos envolvidos em situações efetivas³ de produção de texto na escola.

A apreensão é possível não apenas porque os alunos escrevem colaborativamente, mas também porque todo o processo é filmado e posteriormente transcrito. Assim, a transcrição do registro em vídeo permite que o processo de escritura seja apreendido em tempo real, ou seja, é possível seguir passo a passo os processos de constituição de um texto, uma vez que temos acesso às associações linguísticas feitas pelos

¹ Calil (2004) já aponta o fato da equívocidade acarretar um processo de rasuramento. Nesse sentido, “a rasura, apesar de aparentemente indicar o controle do autor sobre o texto, na verdade o ultrapassa” (op. cit. p. 100), isto é, o gesto de rasurar supõe algo anterior que vai além da possibilidade de domínio do sujeito.

² Compreendemos como escritura a “sede material onde se condensam os fatos de cultura e da sociedade” (Catach 2008, p. 16). reconhecidos como literários” (2007, p. 33).

³ Essa adjetivação da palavra “situação” visa resgatar o caráter cotidiano, real e espontâneo da produção de texto por díades em contextos escolares brasileiros.

alunos, a todas as contendas, a quando uma rasura foi feita, a quando um termo foi acrescentado. Em suma, temos acesso ao ambiente da sala de aula, o que nos fornece, ainda, uma grande quantidade de informações, como a notação da direção do olhar e dos gestos das alunas, de quem está próximo ou não da dÍade, dos comentÁrios do professor para toda a sala ou diretamente para a dÍade, etc. AlÉm do mais, ela torna compreensÍveis aqueles manuscritos, sobretudo de alunos recÉm-alfabetizados, cuja opacidade impediria uma anÁlise linguÍstica mais precisa.

Uma das caracterÍsticas importantes dos processos de escritura em tempo real estabelecido co-enunciativamente pelas dÍades estÁ no fato desta organizaÇão dos alunos favorecer a verbalizaÇão de comentÁrios, de apreciaÇões, de justificativas e, sobretudo, de reformulaÇões orais referentes ao texto que estÁ sendo escrito.

Todavia, o acesso aos registros orais e escritos de um processo não significa acesso à sua “emergÊncia mental”. Opondo-se às pesquisas cognitivas que pretendem apreender cientificamente as representaÇões mentais em produÇões textuais, Grésillon afirma que “a transmissão mais completa é apenas a parte visÍvel de um processo cognitivo mil vezes mais complexo e que a origem, como tal, o nascimento do projeto mental é inatingÍvel” (1994, p. 25). Por isso, a metodologia não nos permite “atingir o inatingÍvel”, mas ter acesso às reflexões linguÍsticas dos alunos acerca de questões bastante presentes neste momento de sua escolaridade.

Após definidos o objetivo e as configuraÇões teórico-metodológicas adotadas, propomos um alargamento da compreensão do fenmeno da rasura (que envolve necessariamente um retorno sobre o que foi dito ou escrito) e do sujeito que a produz.

Marcos teóricos

Grésillon aponta que a rasura pode revestir trÊs formas diferentes de apariÇão: a) a primeira é imediatamente visÍvel e permite ao leitor restituir ou confrontar-se com o escrito rasurado; é o traço

que marca uma anulação; b) a segunda é aquela em que não se pode reconstituir a escrita inicial: “a tinta da caneta cobrindo a unidade escrita com uma tinta negra”; e, finalmente, c) a terceira que, embora desprovida de quaisquer traços materiais como riscos, rabiscos, flechas, etc., permite, através das reescritas, das versões sucessivas, o acesso ao que foi acrescentado, suprimido, substituído ou deslocado (Grésillon, 1994, p. 67-69). É o que a autora chama de forma imaterial da rasura e que poderíamos ainda chamar, juntamente com Willemart, de “rasura branca” (1999, p. 130). Neste sentido, o que foi escrito em uma versão, mas está ausente da versão seguinte, é considerado como algo que foi rasurado.

Já na rasura oral há uma irreversibilidade do dizer: anula-se, apaga-se, ao mesmo tempo em que se “acumula” o dizer, isto é, “corrigir” oralmente é continuar falando, é acrescentar ainda mais. Não há como suprimir as palavras e a sintaxe da correção oral: eles são seus instrumentos. Assim, se a imprevisibilidade que surge na escrita pode ser apagada, rabiscada, no oral, ela permanece inscrita inevitavelmente no desenrolar temporal da cadeia. Calil afirma que “as rasuras orais [...] parecem trazer uma particularidade para as reformulações orais, pois o fato de os alunos estarem falando *algo para ser escrito* interfere na própria possibilidade de enunciação. Não se reformula considerando somente aquilo que se acabou de falar, mas também aquilo que já foi *efetivamente escrito* e que pode sofrer diferentes formas de rasura escrita ou, ainda, aquilo que se disse em relação ao que *poderá ser escrito*” (2003, p. 31-32).

Para tratar das relações entre acontecimento, desordem (Pétroff, 2004), equívoco e homonímia (Milner, 1978, 1983), imbricadas em um processo de escritura constitutivamente permeado de rasuras, assumimos uma perspectiva que considera o sujeito como aquele que se situa na e pela linguagem, um dos lugares privilegiados do simbólico. Roudinesco e Plon nos oferecem a seguinte definição de simbólico:

...um sistema de representação baseado na linguagem, isto é, em signos e significações que determinam o sujeito à sua revelia, permitindo-lhe referir-se a ele, consciente e

inconscientemente, ao exercer sua faculdade de simbolização. (1998, p. 714)

A ordem simbólica é constituinte para o ser a partir do momento em que, desde antes mesmo de seu nascimento, ele passa a “ser falado”, recebendo um nome, um lugar no universo linguístico dos pais, de modo que este “banho de linguagem” transforma, pouco a pouco, este corpo biológico em sujeito de linguagem. De fato, é o que afirma Lacan quando diz que

[o] homem é, desde antes de seu nascimento e para além de sua morte, preso na cadeia simbólica,[...] ele é na verdade tomado como um todo, mas à maneira de um peão, no jogo do significante, e isto desde antes que as regras lhe sejam transmitidas, se é que ele acabe por surpreendê-las. (1996c, p. 199)

Vê-se que o conceito de significante, oriundo da Linguística saussureana é a essência da função simbólica e constitui o Outro da linguagem. Lacan distingue dois “outros”, um com minúscula, para referir-se ao campo da pura dualidade, uma primeira dimensão de alteridade, o semelhante, e outro com maiúscula, uma ordem anterior e exterior a nós mesmos. O Outro é o lugar da radical alteridade para o sujeito, ele é formado, para cada um, por todos os outros que ocupa(ra)m um lugar importante em sua constituição, de modo que, como diz Fink,

[as] opiniões e desejos de outras pessoas fluem para dentro de nós através do discurso. Nesse sentido, podemos interpretar o enunciado de Lacan de que o inconsciente é o discurso do Outro, de uma maneira muito direta: *o inconsciente está repleto da fala de outras pessoas, das conversas de outras pessoas, e dos objetivos, aspirações e fantasias de outras pessoas.* (1998, p. 27)

Isto quer dizer que em muitos aspectos assimilamos grande parte do discurso e dos desejos dos outros à nossa volta,

que construímos nossa identidade a partir da via da palavra do outro e que dirigimos ao outro.

Com relação à constituição do sujeito na e pela linguagem, o pensamento de Benveniste coaduna com o de Lacan quando diz que "não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a [...]. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem" (1991, p. 285). Assim, o uso da linguagem pelo sujeito falante desencadeia a articulação de uma trindade espontânea, *eu*, *tu* e *ele*, em que um *eu* fala para um *tu* a respeito d'*ele*. Importa-nos salientar em Benveniste a irrepetibilidade da cena enunciativa. Para o autor, "uma das características das pessoas 'eu' e 'tu' é a sua unicidade específica: o 'eu' que enuncia, o 'tu' ao qual 'eu' se dirige são cada vez únicos" (1991, p. 253).

Esse conjunto das três pessoas verbais, *eu*, *tu* e *ele* funciona através de uma dupla articulação, qual seja, através da metáfora e da metonímia, termos que retomam a releitura que Jakobson fez das noções de paradigma e sintagma de Saussure (1995), as quais Lacan, por sua vez, assimilou às noções freudianas de condensação e deslocamento.

Jakobson (1999), ao estudar as afasias, chama a atenção dos linguistas para os distúrbios afásicos através dos mecanismos de funcionamento da linguagem. Ao fazê-lo, acaba redimensionando-os e chamando-os de "operações", "polos" e "processos" metafóricos (associativos ou paradigmáticos) e metonímicos (sintagmáticos).

Em seu Seminário 3, "As Psicoses" (1988), Lacan tocará nos trabalhos de Jakobson sobre as afasias e falará, pela primeira vez, na metáfora e na metonímia, invertendo o algoritmo saussureano. Este algoritmo, segundo Lacan, lê-se "significante sobre significado, correspondendo 'o sobre' à barra que separa as duas etapas" (Lacan, 1996b, p. 227).

Para Saussure, o significado e o significante compõem as duas faces do signo e estão relacionados, sendo a barra a significação. Para Lacan, o significante não forma uma "composição" com o significado, o algoritmo lacaniano não é o signo, é a sua possibilidade. Ademais, o significante não está

encarregado de representar o significado. Depreende-se desta subversão que a barra é barreira mesmo, resistente à significação e dela depende a autonomia do significante.

Assim configurada, a língua é constantemente desestratificada pelo equívoco e seu principal motor é a homonímia, a qual “introduz um estranhamento inquietante nas cadeias de regularidade” (MILNER, 1978, p.107). Entretanto, a tendência à totalidade ou à “demanda de univocidade” (MILNER, 1983, p. 44) por parte dos sujeitos falantes dilui ou dissipa a homonímia. Esta observação de Milner coaduna com a de Pétroff quando este afirma (a partir da análise cronológica dos manuscritos de Saussure) que, para Saussure, a língua, enquanto sistema de valores é “a cada instante, um lugar de tensão entre uma tendência espontânea à desordem e uma tendência incoercível à ordem” (2004, p. 104). Segundo este autor, toda mudança na língua parte de um indivíduo e, caso a mudança seja adotada pela coletividade, introduzindo um corte entre um “antes” e um “depois”, modificando ou introduzindo novos valores, então, se está diante de uma nova ordem.

A desordem, produzida por acontecimentos absolutamente contingenciais, devidos ao acaso, e que têm origem na fala de um sujeito está na base da mudança, das transformações que se operam em uma língua. Entretanto, para que uma desordem resulte em uma mudança é fundamental que haja a repetição do fenômeno, pois “os acontecimentos tomam sua fonte na repetição do erro que foi escutado e este erro se vê adotado pelo corpo social, o qual, dando-se conta deste novo dado organiza a língua diferentemente” (PÉTROFF, 2004, p.100).

Por outro lado, os acontecimentos podem ser insignificantes, isto é, podem não introduzir transformações ou novas possibilidades na língua. Isto não apaga o papel da desordem (e dos sujeitos falantes) na língua. As desordens são inevitáveis e podem ser permanentes, caso não sejam eliminadas pela ação dos sujeitos falantes que têm uma tendência incoercível à ordem.

O dado que apresentaremos a seguir ilustra bem o apagamento do equívoco produzido pela homofonia, por uma

operação dos sujeitos em direção à ordem. Lembramos que o registro oral só é acessível pelo fato de haver duas alunas escrevendo um único texto, o que traz certas particularidades ao processo: a dimensão da diferença atravessando os seus dizeres instaura um jogo interlocutivo (necessário) que potencializa o aparecimento de reformulações, já que intervém, na interação, uma opacificação que se manifesta na própria materialidade das palavras, sendo ela uma problemática a ser colocada em causa pelos enunciadores. Isto quer dizer que a presença do outro suscita, alimenta o debate.

“A Deus sapinho”: o jogo homonímico na produção do equívoco e da rasura

No episódio que apresentamos abaixo, F e R estão escrevendo, no dia 23 de outubro de 1996, a história inventada “A princesa e o sapo”. Trata-se da história de uma princesa que saiu para passear na floresta e se perdeu dos seus amigos. Encontrando um sapo, pediu-lhe que informasse o caminho certo. Após o sapo tê-la ajudado, ela disse “adeus, sapinho...”. No manuscrito, a palavra “sapinho” após “aDeus” não aparece, permanecendo apenas no diálogo entre as alunas:

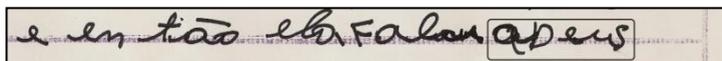


Figura I: Trecho do manuscrito “A Princesa e o sapo”

O diálogo que se segue diz respeito justamente a este momento. F está ditando o que foi combinado e R está escrevendo.

Fragmento 1:

(1) F dita: “e então ela encontra... encontra... con...tra o caminho certo? então ela encontrou”

(2) R escreve: [e em tão ela ~~encon~~ encotou]

(3) F dita: “e então ela encontrou e disse... **adeus sapinho**”.

(4) R escreve: [e en tão ela falou a Deus].

(5) F diz: “Então ela disse... **adeus sapinho**... mais caiu em uma bruxa e... adeus sapinho... adeus sapinho... Deus... Deus, é?”

(6) R diz: “‘Deus’, não é... não tem o ‘r’ não em Deus...”

(7) F diz: “é o ‘d’! (referindo-se ao fato de que “d” precisa estar em minúsculo)”

(6) R diz: “é ‘Deus’, chama a professora”

(7) F chama a professora e diz: “tá certo a palavra ‘deus’, ‘adeus’?”

(a professora pede para que as crianças leiam a história para ela e R relê até o trecho em que “a Deus” está escrito).

(8) Professora diz: “**adeus no sentido de ‘tchau’?** então é junto... tem que colocar junto, tá certo? mas só que tem que ficar junto ‘a’..‘deus’, se você separar é outro termo”

(12) R pergunta: “então vai ter que riscar, né?”

(13) Professora diz: “Não, não... é só você ligar a ‘perninha’ do ‘a’ com o ‘d’”.

(F, 7 anos, 3 meses; R, 7 anos, 11 meses).

É preciso apontar que em vários momentos, F corrige R quando esta escreve algumas palavras ora omitindo a letra “r” (“encotou” para “encontrou”), ora acrescentando (“prela” para “pela”) ou colocando-a em uma posição incorreta (“predeu” para “perdeu”). Esta é uma forte razão para que R, no turno (6), diga “não tem o ‘r’ não em Deus...”

Interessante observar que, em um primeiro momento, há certa indeterminação de "adeus", pois, isolado do que o cerca, pode ser tomado como:

- (1) "a Deus": encontrou o sapo e disse (dirigiu-se) a Deus;
- (2) "adeus": forma de despedida que, segundo o Aurélio (1999), significa "Deus te acompanhe", "vá com Deus";
- (3) "ah, Deus!": a interjeição "ah" dá mais força e realce às palavras a que se junta. Esta expressão geralmente externa aflição, surpresa.

Inicialmente, R não atenta para o "adeus", no sentido de despedida, o que parece estar relacionado à indiscutível homofonia entre as formas acima expostas. Tanto que, quando F (turno 5) questiona "Deus, é?", R (turno 6) acredita que ela está se referindo às várias correções da letra "r" que F já fez ao longo da história.

Parece que R precisa desfazer a relação imaginária⁴ (de semelhança) provocada pela homofonia entre os elementos acima, a fim de refazer o sentido da frase já colocado em questão por F. R, inicialmente, não consegue enxergar nenhuma diferença entre "a Deus" e "adeus", de modo que a homonímia é uma barreira que ela não consegue (ainda) transpor. Sua compreensão parece ser desencadeada pela interferência da professora (turno 8), o que permite que R reconheça a diferença e a escute.

O estranhamento de R e o de F são de ordens diferentes. F estranha a quebra sintática e semântica provocada pela entrada de "a Deus" e reconhece o equívoco produzido por essa entrada, rasurando-a oralmente, questionando e cobrando de R uma reformulação. R, no entanto, não compreende o estranhamento de F, já que para ela parece não haver incoerência entre sua escrita e o sentido aí produzido.

O conceito de equívoco proposto por Milner mostra-se bastante pertinente para a compreensão deste acontecimento.

⁴ Referimo-nos aqui ao conceito de Imaginário que, juntamente com o Real e o Simbólico formam, na obra lacanianiana, o Nó Borromeano, figura na qual Lacan encontra a possibilidade de formalizar a doutrina psicanalítica, visando sua transmissibilidade.

Para o autor, “o equívoco se resolve em um fantasma nascido da conjunção indevida de vários” (1978, p. 17) e

uma locução, trabalhada pelo equívoco, é por sua vez ela mesma e uma outra. Sua unicidade se refrata seguindo séries que escapam ao desconto, já que cada uma, nomeadas com dificuldade – significação, sonoridade, escritura, etimologia, sintaxe, trocadilho... – se refrata por sua vez indefinidamente. (1978, p. 16)

Mais detalhadamente, observamos, no diálogo entre as alunas, dois momentos que contribuem para a escuta de R: primeiro, é a escuta do professor (turno 8) – “adeus no sentido de ‘tchau’?” – e, segundo, a relação deste outro sentido que surge, agora, estabelecendo uma relação de oposição com o que seria previsível na cadeia sintagmática (“adeus, sapinho” e não “a Deus, sapinho”). Desse modo, é apenas num só-depois que se cria, na relação de semelhança, uma diferença guardada pela posição que “adeus” ocupa na cadeia. É através dos efeitos restritivos da cadeia que deve emergir a diferença, obliterando-se a semelhança.

Lembramos com Saussure (1995), que um termo adquire o seu valor dependendo da posição que ocupa na cadeia e das relações sintagmáticas que mantém com outros através de movimentos de ampliação e de restrição, produzindo tanto a unidade quanto a ruptura.

Como diz Milner, “a partir do dito de que há semelhante, concluiríamos que há dessemelhante, e disso, que há relação, posto que baste que dois termos sejam considerados semelhantes e dessemelhantes para que uma relação seja definível” (1983, p. 07). Isto é, para que um termo seja considerado dessemelhante é preciso que uma relação seja posta e, para que um termo seja reconhecido como semelhante é preciso considerar, sempre através da relação, sua dessemelhança.

Encontramos aqui e com toda força, o peso da argumentação saussureana ao definir a língua como um sistema de puros valores. Ao fazê-lo, afirma Saussure o seguinte:

A idéia de valor, assim determinada, nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de um certo som com um certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual ele faz parte; seria acreditar que se pode começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma destes, ao passo que, ao contrário, *é do todo solidário que se deve partir, para obter, por análise, os elementos que ele encerra.* (1995, p. 132, ênfase nossa)

Ora, “adeus” só adquire o seu valor quando faz oposição não apenas ao que vem antes (“disse”) na cadeia...

Sem negar que a língua seja um objeto único e regular, Milner ainda afirma que a língua, enquanto estrutura, possui um ponto de falta irremediável, o que a torna um meio singular de produzir equívocos. Uma das propriedades que o autor atribui à língua é o seu aspecto *dentelé* (2002, p. 146). Podemos imaginar então uma correia em que, embora ela apresente uma série de dentes muito próximos, interligados e articulados, não se pode deixar de observar um espaço, uma lacuna entre cada um deles. Assim, ao mesmo tempo em que a metáfora do *dentelé* deixa ver tanto a linearidade da linguagem quanto os termos dispostos em uma relação metonímica, ela quebra com o seu semblante homogêneo, pois o espaço entre cada um dos dentes traz à cena a relação metafórica, interferindo na estabilidade da cadeia.

R não reconhece, num primeiro instante, a diferença implicada na semelhança. É que elas (semelhança e diferença) precisam ser escutadas. Sendo assim, a criança, ao recortar essa “massa amorfa de sons” (Saussure, 1995, p. 131), no instante em que o som detém-se fazendo beira, litoral com o que o segue ou precede, faz com que a significação, que antes estava “no limbo”, “sofrendo a sua paixão”, como diz Arrivé (1999, p. 99), se efetue, para fazer surgir um sentido outro. Momento da escuta em que, se não há o reconhecimento de relações de diferença e semelhança, o sujeito não desloca. Se for necessário que o sujeito reconheça a produção da homonímia para que desloque, como no caso de F e R, então a homonímia implica que se a escute.

Aqui, chegamos à seguinte formulação: a rasura pode ser desencadeada por acontecimentos que, ao acaso, produzem

desordens na língua; estas desordens podem ser ocasionadas, dentre outros fenômenos (como a analogia, por exemplo), pelo equívoco, já que, em toda língua há um registro que a consagra ao equívoco; em todo discurso pode-se fazer valer uma dimensão do não-idêntico e tudo o que o promove: “homofonia, homossemia, homografia, tudo o que suporta o duplo sentido e o dizer em meias palavras, incessante tecido de nossas conversações” (MILNER, 1978, p. 16). Para que a rasura ocorra, no entanto, é necessário que haja uma escuta, a qual efetiva um retorno sobre o dito/escrito, condição de toda forma de rasura, seja oral ou escrita.

Para concluir: a homonímia se faz para quem a escuta

A opacidade de “a Deus/ adeus” e o equívoco daí resultante são produzidos pela homofonia. Afirma Novaes que:

A homonímia se configura pela virada de uma coisa noutra coisa, de um efeito-sujeito em outro e para isso *é preciso que aquele que diz ouça, escute o que é dito e se espante*, como nos lapsos, nos atos falhos, na prática psicanalítica, nos chistes e em todas as situações em que o que é dito é ouvido como uma outra coisa no instante da nomeação. (1996, p. 116, ênfase nossa)

Entretanto, se porventura o sujeito não escuta, como poderia chamar de homonímia o que não se reconhece como semelhança (ou diferença)? Gostaríamos de apontar que a homonímia se faz, como efeito, para quem a escuta, quer dizer, as homonímias são homonímias porque aquele que as escuta assim as autentica, como homonímias.

Assim, quem valida a homonímia como tal é o mesmo que demanda significação, seja o sujeito que escreve, que fala ou um outro que com ele interage. O reconhecimento da semelhança é o momento em que o sujeito escuta, então, a diferença. Virou homonímia, cessa-se o estranhamento.

Mas, qual a relação entre a rasura e a homonímia? A relação está em que a homonímia *engendra* o jogo. O equívoco

irrompe na língua através da homonímia (e suas formas de aparição, tais como homofonia, homografia, homossemia), confundindo som e sentido, suspendendo os estratos (classes, propriedades, etc.). Neste sentido, o equívoco instaura-se a partir de uma torção daquilo que, na língua, está imaginariamente cristalizado. Se retomarmos os eixos metafórico e metonímico como aquilo que responde pelo funcionamento da língua, observamos que é no eixo metafórico que se encontra a possibilidade de um significante substituir a um outro, por qualquer ordem de semelhança. Sendo assim, o equívoco, enquanto o que está na base de toda produção de rasura é inerente ao próprio funcionamento da linguagem. Este equívoco pode produzir um estranhamento, condição para que haja um retorno sobre o que foi dito ou escrito.

Por fim, se o acontecimento é uma desordem que modifica os valores e provoca a necessidade de um outro sistema, o mesmo não ocorre com o dado analisado. Em “adeus/a Deus”, temos um acontecimento pontual produzido pela homonímia, que apesar de alterar valores momentaneamente, não introduz uma nova ordem, mas nos mostra, como diz Lacan, “a potência combinatória que arranja os equívocos” (1996a, p. 133), a preeminência do significante sobre o sujeito e sua precedência com relação ao significado.

Referências

ARRIVÉ, M. *Linguagem e Psicanálise, Lingüística e Inconsciente*. Freud, Saussure, Pichon, Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1991.

FERREIRA, A. B. H. *Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

CALIL, E. Processus de création et ratures : analyse d’un processus d’écriture dans un texte redigé par deux écolières. In : *Langage & Société*. Paris: Maison des Sciences de L’homme, 2003, pp. 31-55.

- CALIL, E. *Autoria: a criança e a escrita de histórias inventadas*. Londrina, PR: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2004.
- CATACH, N. *L'orthographe*. Paris: PUF, 2008.
- DUFOUR, D-R. *Les mystères de la trinité*. Paris: Gallimard, 1990.
- FINK, B. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 1998.
- GRÉSILLON, A. *Eléments de critique génétique – Lire des manuscrits modernes*. Paris : PUF, 1994.
- JAKOBSON, R. *Linguística e Comunicação*, S. Paulo, SP: Cultrix, 1999.
- LACAN, J. *O Seminário Livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1988.
- LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos* Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1996a.
- LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde de Freud. In: *Escritos* Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. 1996b.
- LACAN, J Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In: *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. 1996c.
- MILNER, J-C. *Les noms indistincts*. Paris : Seuil, 1983.
- MILNER, J-C. *Le Périphe structural: figures et paradigme*. Paris: Seuil, 2002.
- MILNER, J-C. *O amor da língua*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1978.
- NOVAES, M. *Os dizeres nas esquizofrenias: uma cartola sem fundo*. São Paulo, SP: Escuta, 1996.
- PÉTROFF, A-J. *Saussure: la langue, l'ordre et le désordre*. Paris : L'Harmattan, 2004.
- ROUDINESCO, E. ; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ : Jorge Zahar, 1998.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo, SP: Cultrix, 1995.

WILLEMART, P. *Bastidores da criação literária*. São Paulo, SP: Iluminuras, 1999.

Recebido em junho de 2013
e aceito em setembro de 2013.

Title: *"Good By Froggy": When Homonymy Produces Disorder and Erasures in a Collaborative Writing Process*

Abstract: *The purpose of this article is to demonstrate that homonymy – a phenomenon that causes mistakes in language – turns the system upside down and produces disorders that, if recognized by the writing learner, requires a return to what was stated or written, leading to the production of crossing outs. Thus, the concepts of occurrence and disorder proposed by Pétroff (2004) based on readings of Saussure's manuscripts prove adequate for the analysis of crossing outs produced by the interference of homonymy. An analysis is made of an excerpt of dialogue extracted from a process of collaborative and inventive writing by two students in a 2nd grade class of a public school. This collaborative writing technique favors the verbalization of comments, appraisals, justifications, and above all, oral reformulations concerning the text that is being written. In addition, the filming of the dialogue and its subsequent transcription enable access to both the written and oral records, favoring a more precise linguistic analysis in which the oral and written overlap.*

Keywords: *Crossing out. Homonymy. Disorder.*